



## Tratamento de usuário de drogas: passar a mão na cabeça

Quatro ministros do governo Lula querem políticas públicas para usuários, com ênfase na recuperação por meio das unidades de saúde. A proposta reduz o papel da polícia. Para os dirigentes das quatro pastas, quem faz uso de droga deve ter tratamento custeado pelo governo e não repressão. Essa foi a síntese de uma matéria que o Diário da Manhã trouxe recentemente, da Editoria de Cidades.

De acordo com a reportagem, eles estudam a regulamentação da Lei nº 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Fazem parte do grupo de ministros: Tarso Genro, da Justiça; José Gomes Temporão, da Saúde; Carlos Minc, do Meio Ambiente, e o ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi.

Autoridades da segurança pública defendem a repressão e a punição para o usuário. Os profissionais da área da medicina apostam no tratamento para o usuário como a única forma de se livrar do vício de entorpecentes, tendo em vista que a repressão policial não tem resultados. Gastam-se fortunas e cada vez há mais usuários e traficantes.

O médico psiquiatra, diretor-técnico do Hospital Casa de Eurípedes, Jeziel da Silva Ramos, alega que em Goiânia há um índice significativo na recuperação de pacientes drogados e que o tratamento de usuários é a melhor forma de recuperar os dependentes. A Casa de Eurípedes tem sucesso em 70% dos casos.

O psicanalista Patric de Oliveira, da Organização Não Governamental (ONG) Gente da Gente, diz que a regulamentação é fundamental e que “o tratamento não só resolve como é a única saída e prender não resolve”.

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso defende a legalização da maconha para uso pessoal como ponto central para se resolver o problema das drogas no País.

Entendo que o tratamento é uma excelente saída para resolução do problema, mas somente para aquele que voluntariamente busca esse tratamento. Assim como prender não resolve, forçar alguém a se tratar equipara-se quase a uma prisão.

Tenho o pensamento de que acabar com a repressão policial contra o consumidor de drogas é um erro. Seria a descriminalização total do uso e uma abertura para o fortalecimento do tráfico. Além do mais, o Estado não oferece condições plenas

para o tratamento de dependentes químicos, muito embora também não dê condições para recuperação de um reeducando preso.

O secretário da Segurança Pública de Goiás entende que “impunidade para usuários não dá eficiência no combate aos fornecedores. O Brasil não tem condições de saúde pública para usuário de drogas”.

O diretor-geral da Polícia Civil de Goiás, Aredes Correa Pires, fala que “temos leis brilhantes, como a do Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Execuções Penais. São ótimas, porém, dificilmente aplicadas”.

O titular da Delegacia Estadual de Repressão a Narcóticos (Denarc), delegado Izaías de Araújo, afirma que os ministros não conhecem a realidade nacional e que “a regulamentação vai facilitar ainda mais o tráfico, já que o usuário não irá receber repressão da polícia”. Ele é a favor da penalização do usuário.

O número de consumidores cresceu 76,13% em 2008, ou seja, 553 foram apreendidos, contra 132 do ano anterior. No ano passado, 450 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) foram elaborados. Se a regulamentação proposta pelo governo for aprovada, o TCO deixa de ser registrado, já que é uma forma de repressão policial atualmente. O tratamento para o usuário de drogas não pode ser desprezado, e o Estado tem de dar condições para isso, mas pensar-se somente em políticas públicas para usuários é passar a mão na cabeça e ficar vendo quem faz uso como um coitadinho. A consequência disso é o fomento do tráfico. Não existe tráfico se não tem usuário. Na prática, traficantes se passam por usuários para se livrar da prisão. Se a proposta for aprovada, a meu ver, é uma prova real da descriminalização do uso de drogas no Brasil.

É evidente que só repressão não resolve o problema. Deve haver uma política de incentivo à educação e conscientização da população para o mal que a droga faz e que o tráfico tem o intuito de ter o lucro fácil.

O tema é polêmico e traz opiniões divergentes. Merece ser debatido. A vítima sincera de uma dependência química carece de tratamento para recuperação. Agora, o que não pode é querer resolver a questão passando a mão na cabeça de vagabundo e aproveitador.

**Jesseir Coelho de Alcântara é juiz de Direito e professor de pós-graduação.**  
(Publicado em 05/05/2007)